



## **Para que todos se tornem mídia: a atuação política do Centro de Mídia Independente através das novas tecnologias de comunicação<sup>1</sup>**

Helena Martins do Rêgo Barreto<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Ceará, Ceará, CE

### **Resumo**

No Brasil, influenciado pelo modelo de comunicação desenvolvido nos Estados Unidos, o sistema de comunicação constituiu-se, ao longo da história, com um caráter essencialmente privado e centralizado. Não obstante, com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação, tem-se buscado formas de democratizar o acesso à informação e, ainda, de incentivar a participação política de novos atores sociais, dando-lhes vez e voz para que possam divulgar suas idéias e valores. Dentre tais atitudes, este trabalho analisa a atuação política do Centro de Mídia Independente através da internet, relacionando-a com a política contemporânea, tendo em vista a relevante influência da mídia nos processos políticos e na sociedade de forma geral.

### **Palavras-chave**

Democratização; Internet; Política Informacional

### **1. Introdução**

Já na década de 60, Paulo Freire falava acerca do potencial uso da comunicação nos processos de ação cultural libertadora. No entanto, ele não se referia à comunicação tradicionalmente entendida como emissão de mensagem, mas sim a um conceito mais amplo que percebe a comunicação como diálogo e compartilhamento por meio do qual pode haver uma troca/geração de conhecimento. Entretanto, consideramos que tal potencialidade não pode ser apreendida no atual sistema de comunicação e na conjuntura político-social que vivenciamos, onde poucos têm acesso aos meios através dos quais podem divulgar suas idéias. Acreditamos que não há diálogo sem equidade, se apenas uma das partes envolvidas tem meios para se pronunciar. Por isso, compreendemos que a democratização dos meios é um pressuposto básico para que a comunicação possa ser vivenciada em toda sua plenitude. Com essas idéias em mente, surgiu-nos uma inquietação: enquanto não democratizarmos os meios, o que devemos fazer? As novas mídias podem forjar-se como possíveis maneiras de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Cibercultura e Tecnologias da Comunicação, do Iniciacom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Estudante de graduação do 5º semestre do curso de Comunicação Social da UFC e do 4º semestre de História-Licenciatura Plena da UECE.



contornarmos o monopólio midiático que está posto? Grupos que buscam uma transformação no sistema social conseguem apropriar-se desses meios para atuar?

Iniciamos então a análise da internet como um possível “novo” campo de atuação política. Neste trabalho, pretendemos analisar a atuação do Centro de Mídia Independente, um coletivo de ativistas que se utiliza de um site, dentre outros materiais, para noticiar e discutir os grupos historicamente excluídos da mídia tradicional ou criminalizados por ela, a exemplo dos movimentos sociais.

Para realizar a presente pesquisa, ainda em fase inicial, acompanhamos o site do CMI, onde tivemos acesso a informações sobre a visão do grupo, sua ideologia e política editorial. Lá, conhecemos as temáticas abordadas e analisamos como se dá a colaboração dos internautas no site. Teoricamente, baseamo-nos tanto em autores clássicos da área da Cibercultura, como Pierre Levy, quando naqueles que têm na política o foco central de suas discussões, como Vicente A. de Lima. Trabalhamos bastante com Manuel Castells, que estudou, mesmo não sendo seu objeto central, o surgimento e a atuação da rede Indymedia.

## **2. Iniciando as discussões: Comunicação e Política**

A atual importância dada à informação reflete uma sociedade mediada pela mídia através dos meios de comunicação. Uma sociedade anônima que tem acesso à realidade de forma desmaterializada e simulada. Segundo Ilana Polistchuk (2003, p. 80), a mídia desempenhou e continua a desempenhar um “importante papel no âmbito da existência psicossocial coletiva, em sua condição de necessária referência à orientação para a vida do cotidiano, à concretização de processos políticos e à de expressivas transformações culturais”.

Algumas teorias e modelos da comunicação, como o modelo da agulha hipodérmica, analisaram os meios de comunicação de massa partindo do pressuposto de que emissor e receptor situavam-se em diferentes pólos de transmissão da mensagem. (idem, p.84). Nas suas formulações iniciais, consideravam que restava ao receptor receber de forma passiva e acrítica a mensagem veiculada pelo emissor. Longe de concordamos com tais abordagens, acreditamos que o receptor nunca é passivo. No entanto, mesmo em um processo crítico, a influência da mídia se faz presente. Na esfera política, a mídia desempenha grande importância, principalmente em dois aspectos: primeiro, é um dos meios através dos quais se dá a mediação do discurso político, que depende, em grande medida, da veiculação midiática



para tornar-se conhecido pelo público, fator importante no processo de disputa; em segundo lugar, a mediação que a mídia estabelece em relação à própria sociedade acaba por influenciar o conhecimento que possuímos, visto que apenas parcela dos acontecimentos são veiculados enquanto a grande maioria dos fatos acaba por ser envolvido em uma espiral de silêncio, tornando-se desconhecido do grande público.

Apesar de, com o advento da internet e de outros meios, as notícias serem publicadas cada vez mais rapidamente e em maior quantidade, ao leitor ainda chega apenas uma parte da realidade que é escolhida pelas empresas de comunicação. Diversos fatores, como escolha de fontes e posicionamento político, influenciam nesse processo de seleção do acontecimento a ser noticiado e também em sua produção e veiculação (WOLF, 2001). Através desse processo de escolha e da atuação dos veículos, “o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo” (SHAW, 1979, p. 96 *apud* WOLF, 2001, p. 143). Enquanto isso, questões menos divulgadas, como por exemplo, as opressões específicas de gênero, raça/etnia e orientação sexual, acabam tendo menor visibilidade e menor poder de barganha na disputa pela divisão de recursos para a implementação das políticas públicas e para a conquista de direitos, já que “Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania” (HÖFLING, 2001).

Tendo em vista tal importância e considerando que a mídia pode vir a ter a possibilidade de colocar em questão o controle da informação, historicamente um alicerce para a manutenção do sistema e do poder, compactuamos com o pensamento de Raimunda Aline Lucena Gomes quando ela afirma que há a necessidade de aprofundar a discussão sobre a importância da mídia e de entender a comunicação como um importante instrumento.

“Nesse sentido, o principal problema a ser enfrentado é o de superar uma visão meramente instrumental da comunicação, seja politizando radicalmente o debate (fazer comunicação é, desde o princípio, fazer política), seja construindo uma visão ampliada do processo comunicativo, desgarrando-o do modelo emissor/receptor, e inserindo-o como uma ética política transformadora inscrita nas próprias relações sociais e observando-o, portanto, como condição de existência da própria sociedade democrática”. (GOMES, 2007, p.11)



Diante da dificuldade de democratizar os meios tradicionais de comunicação e tendo em vista as novas possibilidades que surgem constantemente, diversos grupos têm recorrido às novas mídias para veicular suas histórias e propostas. Para Juliana Lúcia Escobar (2005), a internet representa uma tendência contrária à concentração dos meios de comunicação.

“A Internet representa, no ponto de vista da emissão de mensagens, um contrapeso a esta institucionalização ao possibilitar a eliminação de alguns corpos intermediários no processo comunicativo. Ela faz do indivíduo emissor e, ao mesmo tempo, também produtor da mensagem, ou seja, o responsável pela sua formatação, pelas escolhas que vão definir a maneira como ela será recebida pelo receptor.” (Escobar, 2005, p. 6).

Partindo desse pressuposto, procuramos abordar um caso de uso da internet onde se rompem os esquemas tradicionais de emissor-receptor, permitindo que a comunicação ocorra de muitos para outros muitos de fato, pois uma das pretensões do Centro de Mídia Independente (CMI) é possibilitar que todos se “tornem mídia”.

## **2. Possibilidades em rede**

Historicamente, como já destacamos, o processo comunicativo foi compreendido de forma polarizada, estando, de um lado, o emissor, responsável pela formulação da mensagem, e, de outro, receptores que recebiam-na passivamente. Nesses sistemas fixos de transmissão, não havia uma possível interação entre os participantes do processo. A descentralização do pólo de emissão e a participação ativa do receptor na decodificação e na compreensão das mensagens foi sendo levada em consideração com o desenvolvimento das teorias e das tecnologias da comunicação. Com o rádio e a televisão, por exemplo, tem-se alguma participação do receptor, mas ela ainda se dá de forma bastante limitada, como ligar para pedir uma música e trocar de canal ou estação. De acordo com Lucia Santaella, o papel do receptor sofreu uma mudança profunda nas últimas décadas com o desenvolvimento das novas tecnologias.

“Com a introdução dos microcomputadores pessoais e portáteis, que nos anos 80 já estavam penetrando no mercado doméstico, os espectadores começaram a se transformar também em usuários. Isso significa que começou a mudar aí a relação receptiva no sentido único com o televisor para o modo interativo e bidirecional que é exigido pelos computadores”. (Santaella, 2003, p. 81)



Com a convergência tecnológica e o desenvolvimento de novas mídias, receptores e emissores passam a se confundir e até a se fundir. Uma das principais características desse novo esquema é a interatividade que se dá entre os partícipes do processo comunicativo. Para Pierre Levy (1999, p.74), o termo interatividade “ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”. O autor destaca que o grau de interatividade pode ser medido através da valoração da possibilidade de reapropriação e de recombinação da mensagem. Deste modo, hoje, as tecnologias acenam para a possibilidade de uma comunicação, como chamou Lemos (2002), de todos para todos, de uma multiplicidade de vozes que, através das novas tecnologias, pode permitir a quebra do monopólio midiático tradicional. Com a possibilidade de acessar, produzir e veicular informação tem-se a oportunidade de romper também a chamada espiral de silêncio. No caso da internet, as mais diversas informações são veiculadas a um enorme público, o que possibilita o agendamento de questões sociais antes “relegadas” ou não priorizadas pela mídia.

### 3. O Centro de Mídia Independente

O Centro de Mídia Independente (CMI) consiste em uma rede de ativistas, colaboradores e coletivos que defendem e produzem uma mídia participativa e autônoma em oposição à mídia empresarial existente. Através de uma orientação política ligada à concepção historicamente relacionada à esquerda explícita em seu projeto editorial<sup>3</sup> o CMI pretende dar voz aos movimentos sociais e às lutas travadas por eles em todo o mundo, contribuindo para a construção de “uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”<sup>4</sup>.

“O CMI tem como objetivo a democratização dos meios de produção e distribuição de imagens, sons e textos acerca dos movimentos sociais, grupos autônomos e comunidades sem os filtros oficiais; a livre e aberta troca de informações; a criação de laços e conexões entre elementos e grupos autônomos; e a colaboração mediante a coordenação descentralizada; tomadas de decisões através do consenso e a prática auto-gestionada de *enredar-se*. Possibilitando a construção de visões de mundo que apontam para igualdade, liberdade e respeito e preservação do meio ambiente.”<sup>5</sup> (Cazé, 2004. Grifo do autor).

A rede *indymedia.org* surgiu em 1999 em Seattle, nos Estados Unidos, durante as manifestações antiglobalização ocorridas nos encontros da Organização Mundial do

---

<sup>3</sup> Projeto Editorial em anexo

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.midiaindependente.org>

<sup>5</sup> Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2005/10/332640.pdf>



Comércio. Esses encontros marcavam a “rodada do milênio” da OMC e tinham o propósito de discutir os rumos da política e da economia internacional.

“Depois de Seattle vários outros CMI's foram montados, como em Portland, Filadélfia e Vancouver. Os protestos contra a biotecnologia em Boston, em março de 2000 e os protestos em Washington D.C. contra a reunião do FMI, organizado por uma coalizão de movimentos estadunidenses, também, colaboraram para a construção da rede nestes locais. Meses depois os esforços de alguns colaboradores, ativistas dos meios de comunicação viajaram e ajudaram a montar os CMI's em lugares como Praga, Buenos Aires e Barcelona, que ajudaram a rede se expandir rapidamente. A manifestação em Praga contra o capitalismo, como resposta a reunião do FMI e Banco Mundial, expandiu a rede Indymedia pela Europa. Surgiram então os CMI's Barcelona, em dezembro de 2000. Depois surgiram outros CMI's em Madrid, Euskal, Herria, Galicia e no Estreito de Gibraltar. Um exemplo da experiência latino-americana de mídia radical, o CMI Argentina nasce, segundo Pablo Boido (2003), nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Estes dias marcam uma nova dinâmica nas ações coletivas na Argentina e sua relação com os meios participativos e independentes (manifestação dos piqueteiros)”. (idem)

Como afirma Castells (2005, p.117), a conexão da mídia com a opinião pública do mundo inteiro foi favorecida pelo "Independent Media Center" de Seattle, gerando uma rede global de "centros independentes de mídia". Atualmente, existem mais de cem centros espalhados em cerca de trinta países divididos em todos os continentes. Para Cazé (2004), são as tecnologias de informação, como computadores pessoais e internet, que permitem a existência dessa rede. Castells (2005, p.118), vai ainda mais longe quanto a essa dependência. Segundo ele, “O movimento antiglobalização não é simplesmente uma rede, é uma rede eletrônica, é um movimento baseado na internet. E como a internet é seu lar, não pode ser desarticulado ou aprisionado. Nada como um peixe na rede”.

Segundo Levy (1999, p.127), “Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesse, de conhecimento, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”. Mas, como afirma o autor, a comunicação pela rede de computadores pode ser complementada por encontros presenciais. Apesar de ser um movimento que tem sua dinâmica baseada na internet, ter como principais instrumentos os sites dos centros locais e utilizar listas de discussões virtuais, chats, etc., os centros não se limitam à rede. Os coletivos regionais se encontram e atuam presencialmente desenvolvendo projetos locais enquanto também participam da gestão do site e de outros projetos via rede.

Os trabalhos executados são os mais variados, vão desde montagem de rádios livres até a produção de jornais, realizando, como afirmam em sua apresentação no site oficial (mídiaindependente.org), “uma ponte entre a alta tecnologia (Internet) e as tecnologias



tradicionais de mídia”. Não obstante, mesmo nesses projetos a internet tem um papel fundamental, já que facilita a distribuição dos materiais produzidos. Exemplos dessa mescla são os jornais locais e os arquivos de vídeo e áudio que são disponibilizados para download.

O site do CMI é alimentado pelos colaboradores através de uma publicação aberta, logo qualquer pessoa pode veicular notícias, imagens, sons e vídeos no site. Neste sentido, forja-se como um canal livre através do qual toda a sociedade que tenha acesso à internet pode se manifestar. Depois de publicada, as notícias que não estiverem de acordo com a política editorial do site não são retiradas do ar, mas são encaminhadas para um link chamado “Artigos Escondidos”, para o qual são direcionadas também matérias repetidas ou posts sem conteúdo.

O incentivo à publicação aberta, ao copyleft, ao uso e à disponibilização de softwares livres e à ação política autônoma (“faça você mesmo”, como lemos em alguns espaços do site), aliado à falta de hierarquia do grupo e à política editorial já citada, remetem ao ideal da contracultura que, segundo Castells (2003), contribuiu para o desenvolvimento da internet e a sua formação como conhecemos hoje, na medida em que contribuiu para com a disseminação de programas e conhecimentos.

#### **4. Atuação política na atualidade**

Apesar de alguns avanços, vivemos em uma sociedade extremamente desigual, o que é refletido na revolução tecnológica e na cibercultura. Assim como não existem políticas efetivas de inclusão social, não há uma inclusão digital de fato. A difusão tecnológica é seletiva social e funcionalmente (Castells, 2003, p. 70). Nem todos têm a oportunidade de ter uma capacitação que facilite a compreensão das novas tecnologias e muitos não possuem recursos financeiros para pagar por elas. No entanto, mesmo considerando essa parcela da população, é sabido que a revolução da informação alcançou vários lugares em um curto espaço de tempo. Sua influência alterou até mesmo o modo de se atuar politicamente. Hoje, vemos no ciberespaço a atuação de grupos ligados a causas específicas. O modelo de rede é, portanto, um influenciador da chamada micropolítica, compreendida como uma atuação voltada para temáticas ou áreas específicas. O advento de chats e listas de discussões, por sua vez, facilitaram o contato entre os militantes e fortaleceu a chamada militância virtual, que tem a possibilidade de tornar-se ubíqua, de ultrapassar as barreiras locais e intervir internacionalmente. Castells ressalta que essa

mundialização dos movimentos sociais decorre da necessidade de acompanhar o alcance global das instituições de poder vigentes (2005, p.118).

A atuação política do Centro de Mídia Independente reflete essas transformações. No que se refere à inclusão social e digital, o centro atua promovendo capacitações, disponibilizando programas e manuais de uso através do site. Em termos de atuação, o CMI acompanha, principalmente, os movimentos sociais de ação direta. No entanto, devido ao seu caráter descentralizado, aberto e plural, isso não é uma regra. A aproximação dos integrantes do centro aos diversos movimentos sociais pode ser percebida nos artigos postados, que versam sobre várias temáticas. No mais, o fato de ser uma organização internacional que se contacta bastante através de chats e listas de discussão também são características importantes para compreender e alocar o CMI nesta nova esfera política. Ainda segundo Castells, a nova dinâmica política é a chamada “política informacional”. Ao discutir o surgimento do "Independent Media Center", ele pondera a importância desses movimentos para a mudança na sociedade.

“Mas coalizões frouxas, mobilizações semi-espontâneas, e movimentos *ad hoc* do tipo neo-anarquista substituem as organizações formais, estruturadas e permanentes. Movimentos emocionais, muitas vezes desencadeados por um evento de mídia, ou por uma crise de vulto, parecem muitas vezes ser fontes mais importantes de mudança social que a rotina diária de ONGs zelosas. A internet torna-se um meio essencial de expressão e organização para esses tipos de manifestação, que coincidem numa dada hora e espaço, provocam seu impacto através do mundo da mídia e atuam sobre instituições e organizações (empresas, por exemplo) por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública. Esses movimentos pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado.” (idem, 2005, p. 117)

Esta mudança no olhar ou no foco político não é dissociada da transformação que a sociedade em geral está passando com a disseminação das novas tecnologias e da cibercultura. Como o autor nos fala, o ciberespaço também está sendo disputado. Vê-se, por exemplo o grande número de sites, blogs e listas de discussão com temáticas políticas. É certo também que a internet ainda não chegou ao ápice de suas possibilidades, apesar de já haver experiências no que tange à democracia eletrônica, como a Cidade Digital de Amsterdã, na Holanda, uma experiência de participação política da população através da internet. Refletindo sobre essas possibilidades de atuação, Castells conclui:

“A Internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos. Certamente não pode substituir a mudança social ou a reforma política. Contudo, ao nivelar relativamente o terreno da



manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização. A Internet põe as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. É por isso que o controle dessa agora pública pelo povo talvez seja a questão política "mais fundamental suscitada pelo seu desenvolvimento".(idem, pág. 135)

A internet possibilita ainda o contato direto entre os representantes do povo e o próprio povo. Sites de prefeituras e de políticos podem aproximar as "ouvidorias", as discussões e até mesmo as decisões dos cidadãos. "A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo — o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é o soberano." (idem, 128). A internet abre, portanto, duas possibilidades políticas: dentro do sistema atual, pode vir a fortalecer a democracia; fora do sistema representativo, pode vir a gerar outras maneiras de participação e de gestão social.

## **5. Direitos Autorais na rede**

A valorização da propriedade responde às características de cada sociedade e de cada época. Pierre Levy (1999) nos recorda que a questão do autor toma força com a escrita, enquanto nas sociedades tradicionalmente orais tinha força o intérprete, o responsável por decifrar e expandir um tema pertencente ao patrimônio cultural da sociedade. O desenvolvimento do conceito do artista como criador, inventor ou conceitualizador, não mais apenas como artesão ou inventor de uma tradição, deu-se no período da Renascença. Hoje, com as mudanças sociais ocorridas e devido ao aumento do fluxo e da troca de informação, alguns autores e movimentos sociais já consideram a tese da propriedade intelectual obsoleta. Segundo Cazé (2004), "Uma das características do sítio do CMI é o Copyleft, ou seja, a subversão dos direitos à propriedade autoral. Os textos, sons e vídeos estão livres para a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados. Desta forma, toda informação e conhecimento produzido estão sujeitos à circulação em grande escala pela rede técnica e podem ser utilizados por qualquer pessoa ou comunidade", No site de documentos da indymedia<sup>6</sup>, lemos uma explicação sobre a posição do movimento pelo copyleft:

---

<sup>6</sup> Em <http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilPublicacaoAbertaeSoftwareLivre>



“Depois de dois séculos de discussões sobre a propriedade intelectual associa-se a idéia do copyleft a uma ruptura com a idéia de que a obra do autor tenha como único estímulo para a criação a remuneração. O autor pode fazer uso de sua obra para sustentar-se, mas, sua obra é mais de que um bem exclusivo, é materialmente produto de um esforço coletivo, e como tal não pode ser vetada por lei que visa à proteção da propriedade material. O movimento pelo copyleft se estende seguindo uma dinâmica social que se orienta a superar a qualquer legislação sobre a propriedade intelectual. Este movimento não pode ser entendido como produto de pirataria, um ato criminoso que só beneficia o interesse em obter lucro. Mas, como um movimento de libertação da cooperação social que reedifica os direitos dos verdadeiros autores através das licenças abertas, um novo modo de produção que retira o controle parasitário das corporações sobre as obras”.

O site do CMI tem ainda como princípio básico a publicação aberta. Assim, os artigos publicados podem ser disponibilizados em outros espaços, desde que seja citada sua origem.

“Publicação Aberta significa que o processo de criação de notícias é transparente para os leitores. Eles podem contribuir com uma matéria e instantaneamente ver que seu artigo aparece junto com outros que estão disponíveis. Essas matérias são minimamente filtradas para ajudar os leitores a encontrar os artigos que desejam. Os leitores podem ter acesso às decisões editoriais que são feitas por outros. Podem saber como se envolver e ajudar a tomar as decisões editoriais. Se eles acharem que há uma melhor forma do software ajudar as pessoas eles podem copiá-lo porque é livre e começar seu próprio site. Se quiserem redistribuir as notícias, também podem, preferivelmente num site de publicação aberta”. (Tradução Colaborativa do Texto de Matthew Arnison Sobre publicação aberta) (apud Cazé, 2004: 62)

Esse modelo colaborativo está presente no formato wiki, no qual não há censura prévia, já que os comentários e complementos são adicionados livremente. No CMI e no indymedia, esse modelo é utilizado em todos os espaços e textos, até no projeto de apresentação da política editorial dos sites e dos grupos. Esse formato vai ao encontro das aspirações coletivas de um grupo que preza pela abertura, participação e voluntariado.

“A documentação que você está lendo é redigida através do próprio site, utilizando o sistema Wiki, que é um conjunto de páginas públicas, as quais qualquer pessoa pode editar, adicionando ou removendo conteúdo. Algumas das grandes vantagens que o Wiki proporciona são a facilidade de se criar novas páginas e a facilidade de se linkar essas páginas, facilitando a criação de documentos maiores que podem ser subdivididos em quantas páginas forem necessárias”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Em [http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio\\_e\\_pesquisas\\_sobre\\_o\\_CM](http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio_e_pesquisas_sobre_o_CM)



## 6. Conclusão

Como nos alerta Adriane Figueiredo Martins (2004, p. 7), as novas tecnologias simbolizam a liberdade, pois “geram uma autonomia própria, uma comunicação bidirecional, onde cada indivíduo age sem intermediário, sem filtro, sem hierarquia, e tudo isto em tempo real, por toda essa abundância que os sistemas de informação oferecem”.

A busca do Centro de Mídia Independente pela possibilidade de ter “voz” e de se fazer “ouvir” representa, neste sentido, a busca pela liberdade. O CMI desempenha um papel importante no agendamento e na cobertura das pautas de diversos movimentos sociais, tendo se tornado, ao longo de sua breve história, um referencial de informação acerca das temáticas que discute.

Logicamente, seria superficial crer que a internet resolverá nossos problemas políticos quando sabemos que eles estão arraigados em uma cultura política que não preza pela participação popular e tendo em vista a existência de grandes limitações técnicas, já que a exclusão digital ainda é um fato em nosso país. Neste sentido, consideramos que o CMI é um exemplo de um uso interessante das novas tecnologias, de uma busca pela democratização da comunicação, ainda que ele sozinho não vá democratizar os meios de produção, veiculação e acesso.

Este trabalho é apenas um começo, uma análise que, mesmo superficial, tem idéia de divulgar a existência do CMI e a pretensão de instigar uma reflexão sobre a mídia que produzimos e a que podemos produzir. Para a continuação desta pesquisa, pretendemos realizar entrevistas com integrantes do coletivo CMI - Fortaleza, bem como com outros colaboradores.



## Referências bibliográficas

### Livros

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Vol. 1. Cap. 1. 7ª ed. Ed. Paz e Terra, 2003.

..... **A Galáxia da Internet – reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. In Cadernos CEDES, Campinas, 2001.

LEMONS, André. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre, Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de. **Mídia, Teoria e Política**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

POLISTCHUK, Ilana & RAMOS TRINTA, A. **Teorias da Comunicação. O pensamento e a prática da Comunicação Social**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias a cibercultura**. São Paulo, Paulus Editora, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**, 6ª ed.- Lisboa : Editorial Presença, 2001

### Artigos

ESCOBAR, Lúcia Juliana. “**A Internet e a Democratização da Informação – proposta para um estudo de caso**”, 2005. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação / Linha: Novas Tecnologia

MARTINS, Adriane Figueirola. “**Os processos persuasivos da política sob a concepção da cibercultura**”, 2004. Trabalho apresentado ao NP 03 – Publicidade, Propaganda e Marketing, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

### Sites

Trabalho de Conclusão de Curso. CAZÉ, 2004. Disponível em:  
[http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio\\_e\\_pesquisas\\_sobre\\_o\\_CMI](http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilDocs#Ensaio_e_pesquisas_sobre_o_CMI)



<http://www.midiaindependente.org>

<http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilDocs>



## **Anexo 1: Política Editorial do CMI Brasil**

O Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil é uma rede [anticapitalista](#) de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos.

Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática. Para isso, o sítio do CMI funciona com um mecanismo de publicação aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos. Esse mecanismo rompe com a mediação do/a jornalista profissional e com a interferência de editores/as no conteúdo das matérias. As produções não são modificadas, salvo a pedido do/a autor(a), ou quando pequenas formatações são necessárias para facilitar sua exibição.

São bem-vindas no CMI publicações que estejam de acordo com os princípios e objetivos da rede, como:

- relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;
- relatos de novas formas de organização (como o Movimento Passe Livre, Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as, as/os zapatistas no México, as/os piqueteiras/os na Argentina, as redes de economia solidária, etc.);
- denúncias contra o Estado e as corporações;
- iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro, etc.);
- análises sobre a mídia;
- análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;
- produção audiovisual que vise a transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele; para contribuir com a concretização destas liberdades, incentivamos o uso de softwares livres e a publicação em formatos livres (.ogg para áudio, .png para imagens, etc.) e em formatos proprietários públicos (.rtf e .pdf para textos, .mpg para vídeos, etc.). Não incentivamos o uso de formatos proprietários (.doc para texto, .ppt para apresentação de slides, etc.). Da mesma maneira, todo o conteúdo do sítio é disponibilizado sob a licença de copyleft (ver rodapé da página inicial), a não ser que o/a autor(a) mencione o contrário no artigo. A intenção do CMI é unir esforços para uma real democratização da sociedade, primando sempre por privilegiar a perspectiva dos/as oprimidos/as. Em função disso, esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes do sítio; afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós.



## Sobre os artigos escondidos

Com o crescimento do projeto, começaram a ocorrer diversos abusos da publicação aberta, como: publicação propositadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI; publicação de mensagens das listas abertas do CMI como artigos; questionamentos à política editorial publicados como artigos; dentre outros vários casos. Sendo assim, para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

- Sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios;
- Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos. (Consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados);
- Façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas;
- Visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- Visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI. (Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em [midiaindependente.org](mailto:contato@midiaindependente.org));
- Sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente;
- O/a autor(a) peça que sejam retirados;
- Sejam boatos conhecidos (hoax), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;
- Sejam spam - ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o sítio - que serão considerados como artigos sem conteúdo;
- Estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Centro de Mídia Independente (Sobre o CMI, nota de copyleft, etc.).

Lembramos a todos/as que as publicações contrárias a esta política editorial não são apagadas do sítio. Com o objetivo de dar transparência ao processo editorial, esses artigos continuam disponíveis ao público na seção Artigos Escondidos. A transparência do processo editorial se reflete também na lista do coletivo editorial, cujos arquivos são abertos ao público (Arquivo Lista Editorial), que pode, assim, acompanhar as discussões do coletivo editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico [contato@midiaindependente.org](mailto:contato@midiaindependente.org). O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos da coluna de publicação aberta, especialmente quando há nelas dados suficientes para contatar o/a autor(a). Eventual direito de resposta a artigos será concedido como comentário ao mesmo artigo que se pretende responder, o que pode ser feito inclusive sem se contatar diretamente o coletivo editorial.

Coletivo editorial CMI Brasil